

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Tem jogo

O PT viu com bons olhos a proposta alternativa do presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira (PI), para o IR. O líder da legenda na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias, acredita que o texto secundário pode ajudar a taxar aqueles que recebem muito mais e, atualmente, não pagam nenhum tributo.

Ficou ruim, mas...

Muitos ministros de Lula ficaram constrangidos ao saber que o chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Sidônio Palmeira, “socializou” a impopularidade do governo, como responsabilidade de todos. A depender do que dizem os políticos, o que, até aqui, era lido como um problema de comunicação externa, já havia subido de patamar há tempos.

... é verdade

O problema, avaliam muitos, concentra-se na visão equivocada. Em educação, por exemplo, o governo optou pelo Pé-de-Meia e não acoplou a proposta a uma estratégia educacional para um ensino voltado à nova economia e aos tempos da inteligência artificial.

Chama o VAR

A compra do Banco Master pelo BRB é explorada pela oposição. O líder do Solidariedade, Aureo Ribeiro (RJ), enviou um pedido de audiência pública para duas comissões na Câmara dos Deputados: Finanças e Tributação (CFT) e Fiscalização, Finança e Controle (CFFC). Ribeiro quer que a solicitação seja votada na semana que vem, para que, no dia 16, já ocorra a audiência com os presidentes dos bancos. “É preciso dar a clareza e a transparência que exige o mercado financeiro em uma transação desse tamanho”, disse o líder à coluna. Já são três pedidos, incluindo o do Senado.

PP na foto da isenção do IR



A proposta alternativa que o Progressistas apresentou para isenção do Imposto de Renda àqueles que recebem até R\$ 5 mil é considerada a saída para que o partido tenha protagonismo, em especial, perante profissionais liberais e empreendedores. Ainda que, lá na frente, os progressistas decidam não ser parceiros da campanha de Lula pela reeleição, eles terão um papel de destaque nessa empreitada. O PP quer sair dessas votações como o partido que se posicionou a favor daqueles que produzem riqueza para o país e geram empregos com seus pequenos negócios. A ordem é garantir a bandeira do empreendedorismo rumo a 2026.

» » » » »

“**Ainda estou aqui**”/ O fato de Arthur Lira ser o relator da proposta reforça a posição do PP como o partido que abrirá o diálogo com o mercado, a fim de modular a compensação de arrecadação que a União perde com a isenção. E fará com que o ex-presidente da Câmara retome o protagonismo como o patrocinador de mais um capítulo da reforma tributária. Não por acaso, Lira é só sorrisos. A avaliação dentro do PP é de que esta largada do ano pré-eleitoral não poderia ser melhor para a legenda.

CURTIDAS

Lula fora/ O nome de Arthur Lira para relatar a isenção do IR não surgiu na viagem à Ásia. Fontes ligadas ao deputado juram que a ideia veio a partir de uma conversa entre o parlamentar e Motta esta semana.

Prioridades/ A isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais é a prioridade do governo, mas não a única. A PEC da Segurança Pública, a aposentadoria dos militares, os supersalários e as comissões mistas do FGTS e do Pix também estão na lista.



Gilmar Mendes versus grevistas/ Em decisão sobre a paralisação dos médicos peritos do INSS, o ministro Gilmar Mendes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), pede à Procuradoria-Geral da República e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se pronunciem sobre um “possível abuso do direito de greve” por parte da categoria.

E tem mais/ Gilmar Mendes abre, inclusive, a possibilidade de instauração de inquérito para averiguar indícios de práticas de crimes. Os grevistas reivindicam melhores condições de trabalho e valorização da categoria. A paralisação dura desde agosto do ano passado.

PODER

Recurso para blindar Ramagem

Líder do PL afirma que presidente da Câmara encaminhou à CCJ pedido para sustar ação penal contra deputado, réu no STF

» VANILSON OLIVEIRA

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou, ontem, que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), acatou o recurso apresentado pelo partido para suspender a ação penal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe de Estado. O recurso segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com Sóstenes, o recurso se baseia no artigo 53 da Constituição, que permite ao Congresso suspender ações penais contra parlamentares por crimes cometidos após a diplomação.

“Fica registrada a gratidão do PL ao presidente Hugo Motta pela celeridade. Esse recurso é importantíssimo para a gente defender uma prerrogativa constitucional, que foi lamentavelmente esquecida na denúncia do procurador e aceita pelo ministro Alexandre de Moraes. Esperamos que a Casa, agora na CCJ e, depois, no plenário, corrija esse equívoco constitucional”, comentou.

Anistia

A oposição na Câmara iniciou uma nova ofensiva para tentar levar ao plenário, com urgência, o projeto de lei que concede anistia aos condenados e investigados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. A articulação, liderada por Sóstenes Cavalcante, consiste em coletar assinaturas individuais dos parlamentares, contornando a orientação de Motta,

que pediu aos líderes partidários que aguardem antes de firmar o requerimento formal.

Em entrevista coletiva, ontem, após a reunião de líderes, Sóstenes afirmou que já conseguiu reunir 163 assinaturas e que a expectativa é alcançar 257 até a próxima reunião do colégio de líderes, na semana que vem. Esse número permitiria que a proposta fosse incluída diretamente na pauta do plenário.

“Quero deixar claro que o presidente Hugo Motta é, continua sendo e será sempre aliado do PL em todas as nossas bandeiras, inclusive na anistia. Entretanto, a gente tem que entender as situações e a pressão que a cadeira de um presidente sofre”, argumentou Sóstenes.

A estratégia do PL inclui, ainda, a manutenção de uma obstrução parlamentar, que ele denominou de “responsável”, em que a legenda vota lentamente projetos de interesse do governo, como forma de pressão. “Não indicamos nenhum outro item para a pauta porque temos uma pauta única, que é a anistia já”, frisou.

Ele também agradeceu publicamente o apoio de partidos, como PSD, PP, Republicanos, Podemos e União Brasil, e afirmou que o presidente do PSD, Gilberto Kassab, se comprometeu com 60% dos votos da sigla em favor da proposta. “Conversei com ele por telefone e recebi a garantia da maioria dos deputados do PSD.”

O deputado finalizou afirmando que o ato a favor da anistia, marcado para o próximo domingo na Avenida Paulista, em São Paulo, deve ser um dos maiores movimentos já realizados no país.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O deputado Alexandre Ramagem virou réu no STF por tentativa de golpe de Estado

Repasse de emendas: “Rei do lixo” é alvo da PF

» IAGO MAC CORD*

O empresário José Marcos Moura, conhecido como “Rei do Lixo”, foi alvo de buscas, ontem, em mais uma fase da Operação Overclean, que investiga desvios de recursos destinados por emendas parlamentares. Agentes da Polícia Federal estiveram em 16 endereços em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Aracaju.

As incursões foram determinadas pelo ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Moura já havia sido preso preventivamente, com outras 15 pessoas, no ano passado, na fase anterior da operação, mas teve sua liberdade decretada. Nas buscas da PF, Bruno Barral, secretário

de Educação de Belo Horizonte, foi afastado do cargo — ele exerceu a mesma função na Prefeitura de Salvador, entre 2017 e 2018.

Segundo cálculos da PF e da Controladoria-Geral da União (CGU), o esquema de fraudes em contratos e superfaturamento de obras movimentou cerca de R\$ 1,4 bilhão. Os contratos suspeitos envolvem prefeituras na Bahia, no Tocantins, no Amapá, no Rio de Janeiro e em Goiás.

“As investigações apontam que o esquema criminoso atingiu, principalmente, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), especialmente a Coordenadoria Estadual da Bahia (Cest-BA), além de outros órgãos públicos que contavam com

o apoio operacional da organização criminosa nas localidades afetadas”, informou a CGU.

Ainda segundo a controladoria, a apuração indica que o grupo direcionava recursos públicos oriundos de emendas parlamentares e convênios para empresas e pessoas ligadas a administrações municipais, por meio do superfaturamento de obras e desvios de dinheiro. Os crimes incluem corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos, lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça.

Segundo a PF, o esquema envolveu negociação de propina com servidores públicos. Os agentes investigam, agora, se houve conluio dos deputados que indicaram as emendas com o esquema.

» Jefferson segue na cadeia

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) autorizou que o ex-deputado Roberto Jefferson cumpria pena em prisão domiciliar, por questões de saúde. A conversão da sentença, no entanto, não será imediata, já que o ex-parlamentar tem uma prisão preventiva em vigor enquanto não se esgotam os recursos da defesa no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele enfrenta dois processos diferentes, nos dois tribunais por incitar violência contra integrantes da CPI da Covid e por calúnia contra o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

* Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi